



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Os Deputados membros da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder e o art. 106 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, considerando que o comércio varejista catarinense vem sofrendo com a concorrência desleal com os *marketplaces*, **requerem**, após deliberação do Plenário, seja encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda (SEF), **Pedido de Informação**, nos seguintes termos:

1 – Quais os tratamentos tributários diferenciados disponíveis atualmente (a) para os contribuintes do setor varejista tradicional e (b) para as empresas que operam por meio de *marketplace*?

2 – Em atenção ao custo tributário final na venda de produtos, qual a alíquota resultante, por tipo de mercadoria, para o setor varejista? Em comparação com as operações intermediadas por *marketplaces*, qual a alíquota total para esse modelo de negócio?

3 – Quais os esforços do fisco estadual na fiscalização das operações realizadas por meio dos *marketplaces*? Há algum plano de fiscalização nesse sentido? e

4 – A SEF tem adotado medidas normativas e/ou práticas em prol do setor varejista catarinense? Quais as medidas adotadas?

Sala das Sessões,

Deputado Nilso Berlanda  
Coordenador da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista

Deputado Napoleão Bernardes

Deputado Tiago Zilli

Deputado Maurício Peixer

Deputado Altair Silva

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Marcos Vieira

Deputado Lucas Neves